



SESSÃO TEMÁTICA Nº 10 – AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DA LITERATURA INTERNACIONAL ENTRE 1997 A 2021

André Lima Cerqueira (PROGESP/UFBA)

Claudiani Waiandt (PDGS/PROGESP/UFBA)

Resumo:

Considerando os avanços e expansão da avaliação das políticas públicas nas últimas décadas, diversos são os autores que têm debatido a importância do mapeamento e discussão da produção acadêmica já realizada sobre o assunto. Este estudo tem por objetivo realizar uma análise bibliométrica da literatura internacional sobre avaliação de políticas públicas nos últimos 25 (vinte e cinco) anos, com o propósito de mapear o campo científico da produção internacional no período. Para tanto, foi realizada uma análise bibliométrica sobre o tópico “*public policy*” e “*evaluation*” na base de dados Web of Science, que é em uma das principais bases mundiais de literatura científica revisada por pares. Os artigos selecionados foram indexados ao *software* bibliométrico VOSviewer, para construir e visualizar mapas bibliométricos através de representação gráfica. Os resultados demonstram que o tema está em evidente crescimento de interesse. No período retromencionado foram encontrados 485 (quatrocentos e oitenta e cinco) artigos publicados na base pesquisada. Observou-se que a maior produção acadêmica se encontra nos Estados Unidos, seguido da Inglaterra, Austrália e Canadá. Em relação as palavras-chave, constatou-se uma notória superioridade e evidência das teorias sobre políticas públicas (“*public policy*”), avaliação (*evaluation*) e governança (“*governance*”). A identificação dos periódicos mais influentes corrobora os dados das áreas que mais investigam a temática, a saber: administração pública, representando 41,03% dos artigos publicados; ciências sociais interdisciplinares, com 22,26% dos artigos publicados e ciência política, com 20,61% da produção. Além disso, curiosamente, apenas um autor que está listado entre os que mais produzem sobre a temática surge entre os mais citados. Realizar a revisão das metodologias empregadas para mapear o campo científico da avaliação das políticas públicas no campo internacional é de suma importância, permitindo sua sistematização e análise do estado da arte fora do Brasil.

Palavras-chave: Avaliação de política pública. Revisão Sistemática. Bibliometria.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo analisar o estado da arte sobre avaliação de política pública na literatura internacional, entre os anos de 1997 a 2021. Para Sriven (1967 apud BALLART, 1996), avaliação é uma atividade formal de atribuição de valor material (*Worth*), valor simbólico (*value*) e mérito (*merit*) a uma entidade, podendo essa assumir diferentes complexidades, tais como planos, programas, projetos e/ou ações. Por outro lado, políticas públicas, segundo Jannuzzi (2011), são empreendimentos governamentais complexos, desenhados para atender uma demanda social específica, propostas em geral pelo Poder Executivo e discutido/modificado continuamente pelos Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público e operadores na ponta.

A avaliação de políticas públicas na Europa Ocidental e nos Estados Unidos teve seu *boom* na década de 1960, com a avaliação de programas sociais constituídos já nos anos 1930, via de regra, tendo (e ainda têm) o seu epicentro na academia norte-americana, cujo escopo voltava-se às questões de ordem metodológica e/ou às distintas maneiras de se classificar a avaliação (GUBA, LINCON, 1989; ALBAEK, 1998).

Essa “era de ouro” da avaliação, assim denominada por Rossi e Wright (1984), que, de acordo com Oakley (1998, p. 95), teria durado até o final da década de 1980, foi dominada por um paradigma metodológico experimental randomizado e controlado (“*randomised, controlled experimental paradigm*”).

Faria (2005) aduz que, em um contexto de expansão de gastos públicos, de pouco conhecimento sobre os resultados de ações governamentais e da busca de um maior controle sobre a liberdade de seus implementadores, a avaliação foi predominantemente, no primeiro momento, institucionalizada, tendo como característica o seu desenho *top-down*, materializando a ideia de que avaliar significa garantir a racionalidade dos processos decisórios, permitindo uma legitimidade das políticas e dos programas.

Boullosa e Araújo (2009) apontam que, com o passar dos anos a idade de ouro, começa a apresentar os primeiros sinais de saturação, elencando muitos motivos para tal, dando origem a procuras por novas alternativas de avaliação. Entre os motivos, os autores destacaram: a) perplexidade e desencanto com a ineficácia das próprias intervenções avaliadas; b) excesso de otimismo em acreditar que as avaliações poderiam gerar decisões perfeitas; c) impaciências dos gestores com os tempos exigidos por esse tipo de avaliação e; d) dificuldade em descobrir se os efeitos eram realmente causados pelo projeto avaliado ou não, diante da impossibilidade de se construir grupos de controle idênticos aos grupos de beneficiários.

Em face disso, nas duas décadas seguintes, o paradigma anterior abriu espaços para novas abordagens e metodologias *bottom-up*, tanto que Guba e Lincon (1998) denominam tal período de reativo, em contraposição à metodologia de avaliação institucionalizada do desenho *top-down*, de modo que Derlien (2001 apud FARIA, 2005; BOULLOSA; ARAÚJO, 2009) associa essa última fase, a partir dos anos 1990, de avaliação à função de realocação dos gastos públicos.

Para atualizar a revisão teórica e o estado da arte da literatura internacional sobre avaliação de políticas públicas, este trabalho apresenta uma análise dos artigos científicos indexados na *Web of Science (WOS)*, dos últimos 25 (vinte e cinco) anos, por meio de um estudo bibliométrico, através das expressões “*public policy*” e “*evaluation*”. A pesquisa realizada encontrou 485 (quatrocentos e oitenta e cinco) artigos. Os artigos selecionados foram indexados a um *software* bibliométrico denominado VOSviewer (www.vosviewer.com), que é uma ferramenta especificamente projetada para construir e visualizar mapas bibliométricos através de representação gráfica.

Macário e Teodósio (2020) apontam que análises bibliométricas têm sido utilizadas para uma melhor compreensão da produção científica sobre determinado assunto, no qual se enquadra a pesquisa sobre avaliação de políticas públicas, com grande potencial para a compreensão do estado da arte na pesquisa nesse campo de investigação.

A estratégia da análise bibliométrica utilizada foi dividida em duas partes. A primeira fornece uma informação descritiva sobre a análise estatística relativa ao impacto da investigação sobre a temática e a segunda retrata as redes de ligações e cooperações entre diferentes componentes dos artigos, o que, segundo Callon, Courtial e Penan (1995 apud MACÁRIO; TEODÓSIO, 2020) oferecem *insights* e uma visão de maior abrangência dos esforços de pesquisa e desenvolvimento na área investigada.

A primeira parte, então, permitirá descobrir um padrão de pesquisa e quantificar o efeito dos artigos científicos sobre avaliação de políticas públicas na literatura internacional. A segunda, por outro lado, caminhará para verificar o surgimento e evolução de palavras-chave populares para a pesquisa, utilizando-se de concorrência de palavras-chave.

Para tanto, definiu-se as seguintes características para a pesquisa sobre o tema, incluindo: o número de artigos publicados ao longo do tempo; as principais revistas que publicaram artigos; perspectiva analítica utilizada para pesquisa sobre avaliação de políticas públicas; países e pesquisadores que publicaram os trabalhos; e, os principais tópicos que estão sendo relacionados ao tema.

Em resumo, esta proposta contribui com informações sobre o panorama atual de pesquisa sobre avaliação de política pública na literatura internacional e sua evolução ao longo

do tempo, apontando as vias de investigação a serem exploradas, tendências emergentes e suas lacunas temáticas.

1. UMA COMPREENSÃO ABRANGENTE SOBRE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Na literatura acadêmica internacional, a avaliação de política pública, inicialmente, voltava-se às questões de ordem metodológica e/ou às distintas maneiras de se classificar a avaliação (GUBA; LINCON, 1989; ALBAEK, 1998).

Guba e Linconl (1989), retornando no panorama dos métodos de avaliação de políticas públicas, detectaram a evolução de quatro sucessivas gerações de pesquisas avaliativas.

A primeira delas, com uma proposta mais técnica, no período do novo acordo americano (*New Deal*), que foi uma série de programas implementados nos Estados Unidos, entre 1933 e 1937, sob o governo do Presidente Franklin Delano Roosevelt, com o objetivo de recuperar e reformar a economia norte-americana, além de auxiliar os prejudicados pela Grande Depressão. Nessa fase, segundo Tinôco, Souza e Oliveira (2011), a avaliação era caracterizada por teses de medição, com aspectos relativos a componentes curriculares de escolas, aí incluídos os coeficientes de inteligência e até mesmo medidas para aferir a idade mental das crianças. Neste momento, na visão de Boullosa e Araújo (2009), o conservadorismo fiscal e escassez de recursos deram um novo impulso à avaliação, imputando-se um papel decisório na alocação dos recursos públicos, uma vez que os agentes tomadores de decisões, sobretudo, os governamentais, precisavam de informações que o orientassem.

A partir da Segunda Guerra Mundial até meados da década de 1960, a metodologia de avaliar as políticas públicas modificou-se para uma fase descritiva (FARIA, 2005), em que se buscou aprofundar e descrever os aspectos relacionados às medições realizadas, incorporando elementos descritivos sobre parâmetros, pontos fortes e fracos em relação aos objetivos estabelecidos (TINÔCO; SOUZA; OLIVEIRA, 2011). A partir de então inicia-se um novo parâmetro de avaliação de política pública marcada predominantemente pelo que atualmente se chama de avaliação formativa (ROESCH, 2005).

Segundo Guba e Linconl (1989), programas americanos como “Guerra à Pobreza” (*War on Poverty*) e “Grande Sociedade” (*Great Society*), criados entre meados dos anos 1960 e a década seguinte, impulsionaram a forma de avaliar políticas públicas para uma geração diferente das demais técnicas metodológicas até então conhecidas: inicia-se a era do julgamento. Trata-se de um elemento essencial para avaliar a real consecução dos desempenhos esperados em relação aos objetivos propostos, a fim de estabelecer juízos sobre os impactos da política pública na sociedade e sobre como avaliá-las. Nessa geração, a qual é denominada de terceira etapa da

evolução por Guba e Lincoln (1989), escalas, parâmetros e modelos foram construídos para moldar diferentes modelos de avaliação de programas e políticas públicas. A esse ponto, informa Boudreau e Araújo (2009), a cultura da avaliação já havia conquistado o mercado não somente da esfera governamental.

Todas as três primeiras fases mantinham a expectativa de superar o déficit de compreensão a respeito de como avaliar as diferentes fases da política pública, a fim de garantir a racionalidade das decisões governamentais e porque não dizer a própria legitimação das políticas e dos programas criados visando a sua continuidade. Tudo isso gerou, segundo Boudreau e Araújo (2009), um complexo emaranhado de metodologias, modelos, matrizes e propostas conceituais, inclusive, na criação de computadores sofisticados e técnicas de pesquisas analíticas para o grande número de variáveis estatísticas.

Segundo Rossi e Freeman (1993), após estas gerações, os avaliadores não acreditavam nem mais na racionalidade ilimitada do ser humano em fazer cálculos perfeitos nem mesmo na concepção, até então, gerencialista, que dominava o campo da avaliação e monitoramento. Eis aí a derrocada da fase *top-down*, que seria, segundo Boudreau e Araújo (2009), uma abordagem decisional que pressupõe que as decisões devem acontecer de cima para baixo, respeitando a hierarquia do sistema organizacional que implementa qualquer decisão.

A impaciência dos gestores com o tempo exigido para o formato de avaliação de cada projeto sobre um grupo de beneficiários (amostra 1) e um grupo de não-beneficiários (amostra 2), somadas às dificuldades de descobrir se os resultados alcançados eram realmente em face dos efeitos do projeto avaliado, diante da total impossibilidade de se construir amostras idênticas entre os grupos avaliados, fizeram emergir novas tendências de abordagem de avaliação, que, na linha de Boudreau e Araújo (2009), privilegiavam uma visão mais *bottom-up* dos processos de avaliação de políticas e programas sociais. Por esse método de abordagem, as decisões devem acontecer no sentido oposto da pirâmide hierárquica, ou seja, de baixo para cima.

Essa “era de ouro” da avaliação (ROSSI; WRIGHT, 1984) permaneceu até o final da década de 1980, tendo sido dominada por um paradigma metodológico experimental randomizado e controlado (OAKLEY, 1998). A explicação para tal paradigma metodológico é justificada por Faria (2005) pelo simples fato de que a avaliação de políticas públicas, neste período, era algo posto a serviço da reforma do Estado.

Por último, a quarta geração a respeito da avaliação de políticas públicas surgiu com evidente marca reativista (FARIA, 2005), a partir da década de 1980, calcada em bases construtivas, ocasião em que foram criados métodos qualitativos e participativos, com incorporação dos anseios, expectativas e visões dos stakeholders, que deveriam participar da também da qualidade de avaliação. Nessa fase, segundo Tinoco, Souza e Oliveira (2011), a

avaliação foi marcada por informações privilegiadas, com construção de formas de interpretação, resolução dos conflitos, tratamento de divergências entre os envolvidos e um processo permanente de negociação. Dessas novas abordagens surgem diferentes e múltiplas metodologias de avaliação voltadas à avaliação e monitoramento de programas, projetos e ações de transformação social, tanto públicos, quanto privados e mistos.

É assim denominado de reativo por Guba e Lincoln (1989) porque reage às abordagens *top-down* que predominavam no período anterior (a era de ouro), surgindo uma nova forma de avaliar políticas públicas e programas sociais. No mesmo sentido, Derlien (2001), associa essa última fase de avaliação à difusão da ideia de que boas avaliações poderiam indicar objetivamente quais as melhores respostas para os problemas sociais, melhor realocando os gastos públicos.

A consolidação da teoria de avaliação da política pública na literatura como um campo de conhecimento abre margens a diferentes definições a respeito do seu conceito. O clássico conceito de avaliação é atribuído a Scriven (1967), que entende que avaliar significa julgar o valor ou mérito de uma determinada entidade portadora de diferentes graus de complexidade, aí incluídos planos, programas, projetos etc., ou seja, avaliar nada mais é do que julgar algo, partindo do pressuposto que qualquer modelo de avaliação emite um juízo de valor.

Todavia, na literatura internacional tal conceito vem perdendo força. No quadro 1, construído por Boullosa e Araújo (2009), observa-se como a maioria dos autores prefere acreditar que a avaliação é uma atividade que deve mostrar a realidade sem emitir juízo de valor, uma vez que não cabe ao avaliador assim fazê-lo, sendo esta tarefa aplicável exclusivamente a aquele que solicitou a avaliação, ou seja, o usuário ou beneficiário da política.

Quadro 1 – Definições sobre Avaliação

Autor(es)/Obra	Definição de avaliação	Observação
Scriven (1967)	“Julgamento do valor ou mérito de uma entidade.”	Avaliar é fazer juízo de valor.
Rossi, Freeman e Lipsey (1999, p. 62 e 80)	“Essencialmente um esforço de coleta e interpretação de informações eu procura responder a uma determinada série de perguntas sobre o comportamento e sobre a eficácia de um programa.” “Fundamentalmente um esforço para colher e interpretar informações sobre o andamento de programas, para responder a perguntas relevantes do tomador de decisão ou, pelo menos, de qualquer interesse para um ou mais atores sociais envolvidos”.	Avaliar não se faz juízo de valor.
Patton (1998, p. 23)	“A avaliação é a coleta sistemática de informações sobre atividades, características e resultados para a formulação de juízos sobre programas, de modo a melhorar a sua eficácia ou direcionar decisões sobre a sua programação futura”;	Com juízo de valor, mas não deixa claro quem emite tal juízo.
Weiss (1998, p. 4)	“Análise sistemática do processo e ou do resultado de um programa ou de uma política, comparado a um	Com juízo de valor, mas com maior peso à dimensão

Autor(es)/Obra	Definição de avaliação	Observação
	conjunto de valores (standard) implícito ou explícito, a fim de contribuir para o melhoramento do programa ou da política”.	processual da avaliação e a sua contribuição ao próprio ciclo do objeto avaliado.
Means Collection (União Européia, 1999, v. 1. p. 17)	“Consiste no juízo do seu valor em relação a critérios explícitos e sobre bases de informação especificadamente coletadas e analisadas.”	Com juízo de valor, mas com ênfase na cientificidade de tal juízo.
Worten, Sanders e Fitzpatrick (2004)	“Avaliação é a identificação, esclarecimento e aplicação de critérios defensáveis para determinar o valor (ou mérito), a qualidade, a utilidade, a eficácia ou a importância do objeto avaliado em relação a estes critérios.”	Com juízo de valor, sendo uma releitura de Scriven.
Bezzi (2007)	“Conjunto de atividades úteis para exprimir um juízo direcionado a um fim – juízo argumentado através de procedimentos de pesquisa avaliativa. Tal pesquisa constitui-se como o elemento essencial e imprescindível para dar confiança aos procedimentos e para garantir a fidelidade das informações utilizadas para exprimir aquele juízo”.	Com juízo de valor, mas ressaltando os aspectos de pesquisa que propiciaram o que o autor bem define como argumentação do juízo.

Fonte: (BOULLOSA; ARAÚJO, 2009, p. 17).

Para além dos conceitos apresentados no quadro 1, Rossi e Wright (1984), em importante estudo cuja tradução literal se tem por pesquisa avaliativa, aduz que toda e qualquer avaliação deve pautar-se por uma intransigente metodologia de ciências sociais, reexaminando a aproximação entre avaliação e pesquisa avaliativa.

A nível nacional, importante definição de avaliação é trazida por Boullosa (2006, p. 112), que assim entende:

Avaliação é o conjunto de atividades, nem sempre solidamente correlacionadas, voltado para a expressão de um juízo de ou síntese avaliativa, direcionado a um fim, nem sempre claro e/ou explícito, empreendido por um conjunto de agentes, nem sempre definidos ou etiquetados como avaliadores. Este juízo deve ser o máximo possível argumentado através de instrumentos e procedimentos de pesquisa avaliativa (não somente pesquisa social aplicada), de modo a possibilitar a sua reconstrução analítica e discussão dos resultados, juízo ou síntese avaliativa, pelas coletividades interessadas em tal avaliação, desencadeando um processo de aprendizagem prático-institucional (relativo ao objeto de avaliação) e social (relativo à dimensão dialógico-cívica da sociedade em geral). (BOULLOSA, 2006, p. 112).

Por outro lado, não se pode confundir os campos epistemológicos da avaliação da política pública com análise de política pública. Em que pese, análise e avaliação apareçam como sinônimos nos dicionários e de modo geral, também, sejam abordados de forma semelhante nas divulgações acadêmicas, a diferença é bem explicitada por M Silva, R Silva e J Silva (2016, p. 1434): “as análises são estudos das causas e consequências das atividades do governo e avaliações se referem ao impacto ou o processo”.

Para Labra (1995), a análise da política pública está no âmago da ciência política e tem a ver com a capacidade do sistema político para tomar decisões que resolvam os inúmeros e contraditórios problemas colocados pela sociedade. Para o autor, os trabalhos mais importantes neste campo situam-se, no Brasil, entre a década de 1970 e 1980, vinculados aos grupos acadêmicos do eixo Minas Gerais e Rio de Janeiro. Por outro lado, M Silva, R Silva e J Silva (2016, p. 1434) definem avaliação de política pública como a fase em que o processo de implementação e o desempenho da política pública são examinados com intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que gerou. Para os autores, é o momento-chave para produção de *feedback* sobre as fases antecedentes.

Também, pelas mesmas razões, avaliação não se confunde com monitoramento da política pública. São campos distintos. Para Secchi (2013), na avaliação de políticas públicas os indicadores são utilizados para operacionalizar os critérios de avaliação e funcionam como artifícios (*proxies*) que podem ser criados para medir *input*, *output* e *outcome*. Indicadores de *input* (entradas no sistema) são relacionados a gastos financeiros, recursos humanos empregados e/ou recursos materiais utilizados. Indicadores de *output* são relacionados à produtividade de serviços e produtos. Por fim, indicadores de *outcome* (resultados) são relacionados aos efeitos da política pública sobre os *polycytakers* (cidadãos) e a capacidade de resolução ou diminuição do problema para o qual havia sido elaborado. A avaliação é muito mais abrangente e acompanha as fases antecedentes da política pública.

Por outro lado, monitoramento, segundo Jannuzi (2009), tem o propósito de subsidiar os gestores com informações mais simples e tempestivas sobre a operação e os efeitos do programa, resumidas em painéis ou sistemas de indicadores de monitoramento. Para monitorar há a necessidade de indicadores coletados e calculados com uma periodicidade que permita ao gestor reagir ainda dentro de um ciclo de execução do programa.

Em face da multiplicidade de conceitos na literatura, a revisão teórica do tema nos últimos 25 (vinte e cinco) anos consiste em importante possibilidade para se buscar soluções para ambiguidades e imprecisões no que tange a avaliação de políticas, tornando-se importante analisar os direcionamentos que estão sendo adotados sobre a temática na academia internacional.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A análise bibliométrica, segundo Macário e Teodósio (2020), refere-se à combinação de diferentes estruturas, ferramentas e métodos para estudar e analisar a literatura e fornecer análises estatísticas que resume as publicações de pesquisas.

Nesse íterim, este estudo teve como objetivo analisar a publicação sobre avaliação de políticas públicas na literatura internacional, a partir de uma análise bibliométrica, no período

de 1997 a 2021. Foi utilizada a base de dados eletrônica *Web Of Science* (WOS) por representar um dos bancos de dados de literatura mais relevantes, cobrindo uma ampla variedade de disciplinas (FALAGAS et al., 2008).

Foram analisados os artigos publicados nos últimos 25 (vinte e cinco) anos que apresentaram “política pública” e “avaliação” no título, resumo e/ou palavras-chave. Com isso, 485 (quatrocentos e oitenta e cinco) artigos foram selecionados e revisados para entender a trajetória teórica do tema e construir uma visão geral sobre o estágio atual da discussão a nível internacional.

A estratégia da análise bibliométrica utilizada foi dividida em duas partes. A primeira fornece uma informação descritiva sobre a análise estatística relativa ao impacto da investigação sobre a temática e a segunda retrata as redes de ligações e cooperações entre diferentes componentes dos artigos, o que, segundo Callon, Courtial e Penan (1995 apud MACÁRIO; TEODÓSIO, 2020) oferecem *insights* e uma visão de maior abrangência dos esforços de pesquisa e desenvolvimento na área investigada.

A primeira parte, então, permitirá descobrir um padrão de pesquisa e quantificar o efeito dos artigos científicos sobre avaliação de políticas públicas na literatura internacional. A segunda, por outro lado, caminhará para verificar o surgimento e evolução de palavras-chave populares para a pesquisa, utilizando-se de concorrência de palavras-chave.

Os artigos selecionados foram indexados ao *software* bibliométrico denominado VOSviewer (www.vosviewer.com), que é uma ferramenta projetada para construir e visualizar mapas bibliométricos através de representação gráfica, permitindo a criação de redes de relações de citação, acoplamento bibliográfico, cocitação ou coautoria.

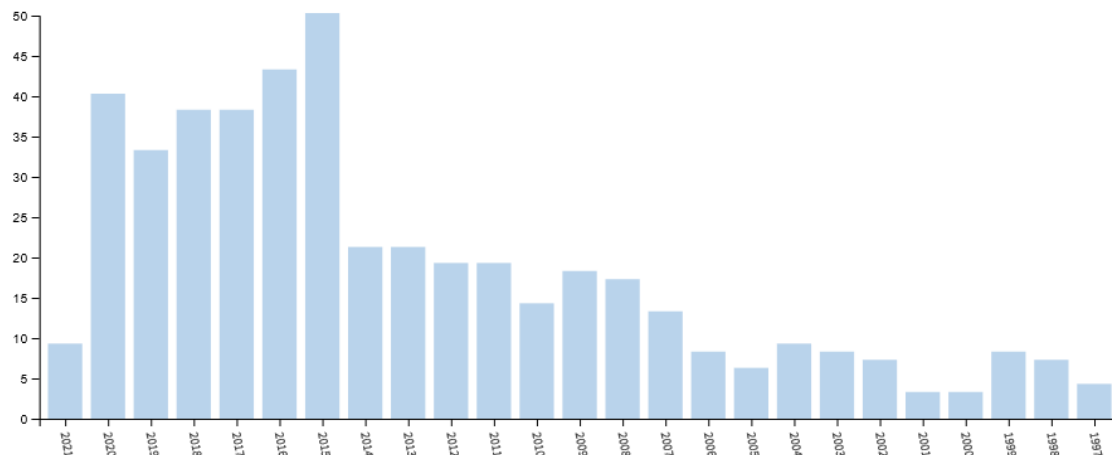
3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O escopo desta seção é apresentar uma visão geral da pesquisa sobre avaliação de políticas públicas, com a identificação das tendências e padrões nas seguintes perspectivas: a) publicações e citações que envolvem autores e áreas de investigação, artigos e periódicos com maiores números de citação, bem como os países e cooperação regional; b) surgimento e evolução das palavras-chave relacionadas à temática.

3.1. PUBLICAÇÕES E CITAÇÕES

A pesquisa identificou a quantidade de 485 (quatrocentos e oitenta e cinco) artigos publicados entre 1997 a 2021, totalizando 579 (quinhentos e setenta e nove) autores vinculados a 259 (duzentos e cinquenta e nove) periódicos, em 25 (vinte e cinco) países. A quantidade de artigos publicados por ano é apresentada no gráfico 1:

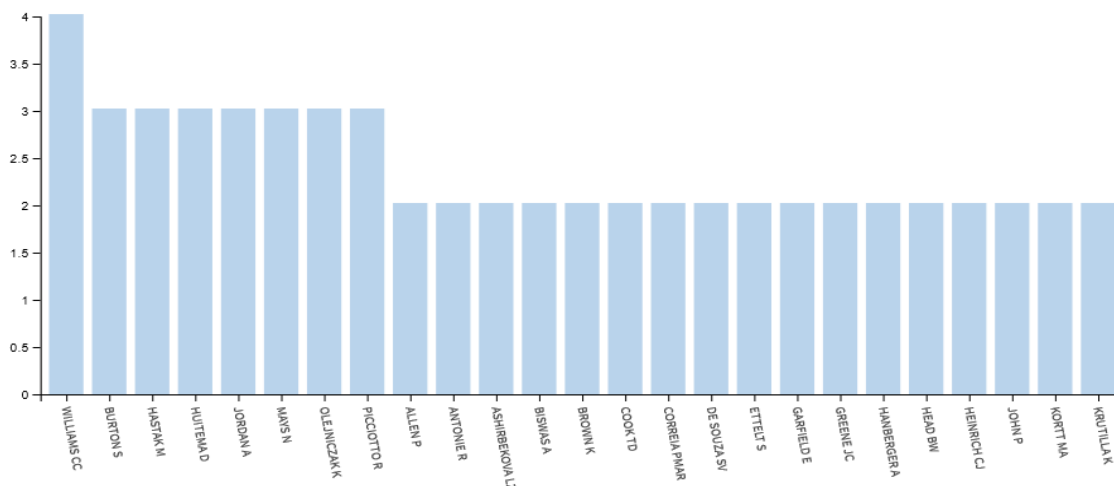
Gráfico 1 – Quantidade de Publicações por ano, entre 1997 a 2021



Fonte: Elaborado pelos autores.

Observa-se, a partir do Gráfico 1, uma tendência de crescimento das publicações sobre a temática, considerando a evolução no número de publicações nos últimos anos. Isso evidencia um crescimento interesse, apenas nos últimos cinco anos se produziu mais da metade dos artigos encontrados desde 1997. Tinôco, Souza e Oliveira (2011) já apontavam este crescimento destacando pesquisas de campo, seja a nível nacional e internacional. O Gráfico 2 apresenta a distribuição dos autores em relação às publicações.

Gráfico 2 – Quantidade de publicações por autor, entre 1997 a 2021



Fonte: Elaborado pelos autores.

O Gráfico 2 mostra que apenas um autor (Williams, 2001, 2011, 2013 e 2015) possui quatro artigos publicados e sete autores possuem três publicações sobre avaliação de políticas públicas (Burton, 1999, 2003 e 2021; Hastak, 2001, 2009 e 2014; Huitema, 2011 e 2014; Jordan,

2011 e 2014; Mays, 2011 e 2015; Olejniczak, 2017 e 2020 Piccioto, 2003, 2017 e 2019), o que representa quase 10% (dez por cento) das publicações no portal. É interessante destacar que nem sempre o autor que possui maior número de artigos é o que terá o maior número de citações.

A tabela 1 apresenta a quantidade de citações por autor no portal.

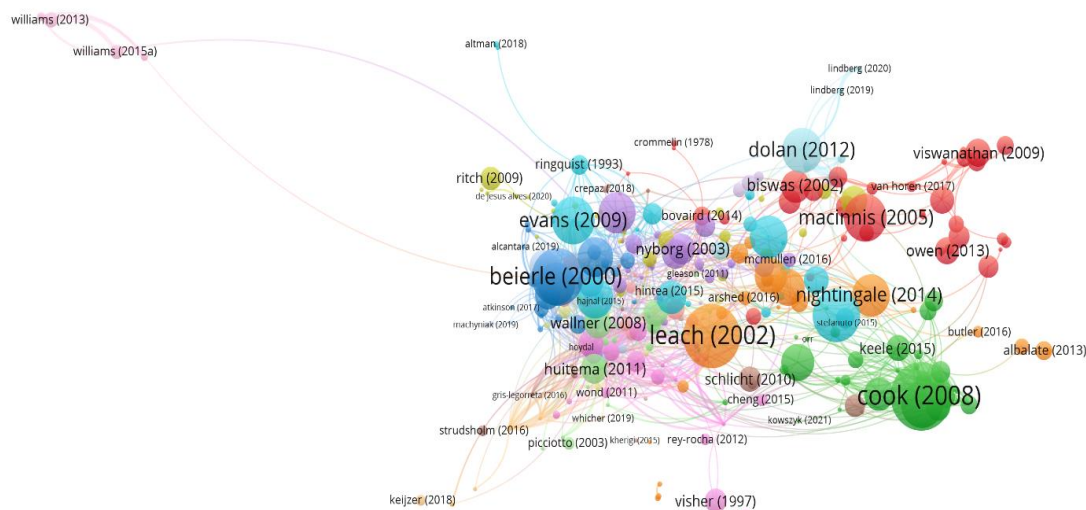
Tabela 1 – Quantidade de citações por Autor

Ord.	Autor(es)	Número de Citação
01	Cook, Shadish e Wong (2008)	317
02	Leach, Pelkey e Sabatier (2002)	279
03	Beirle e Konisky (2000)	226
04	Sakakibara (1997)	191
05	Macinnis (2005)	155
06	Evans (2009)	153
07	Wong, Cook, Barnett e Jung (2008)	148
08	Dolan e Metcalfe (2012)	140
09	Nightingale e Coad (2014)	124
10	Steelman e Maguire (1999)	124

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 1 mostra que a publicação mais citada no portal, com 317 citações, foi escrita pelos autores Cook, Shadish e Wong (2008) e não por Williams (2001, 2011, 2013 e 2015). O mapa do gráfico 03 demonstra a expressão desses autores mais citados, dentre os pesquisados.

Gráfico 3 – Relação de colaboração entre os autores mais citados

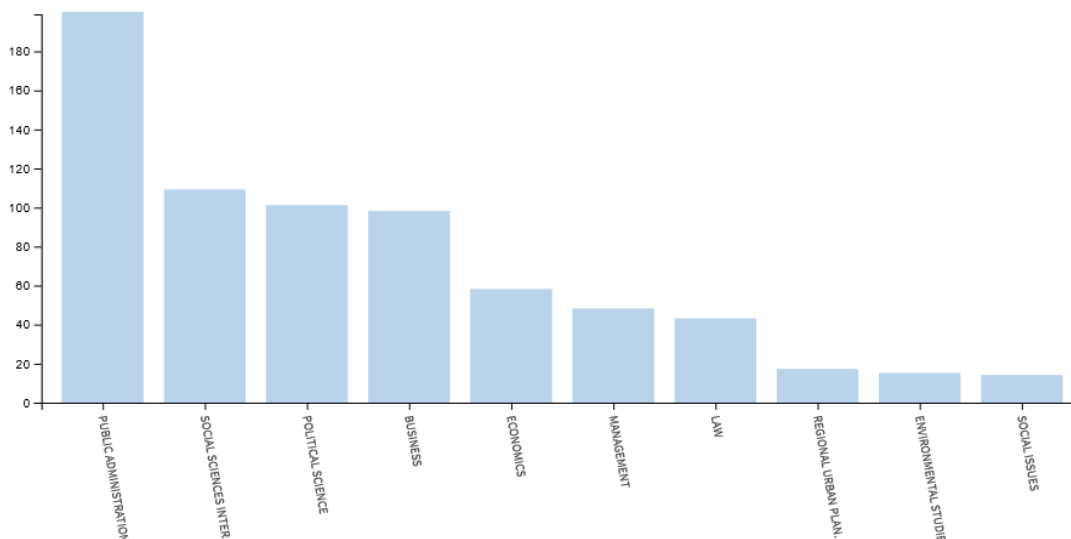


Fonte: Elaborado pelos autores a partir do VOSviewer.

Observa-se a partir do gráfico 3, a predominância dos autores estabelecidos na tabela 1 relativamente ao quantitativo de publicações, demonstrando que não há uma relação direta entre os autores que mais publicam e aqueles que são mais citados. As cores do gráfico mostram os cluster de interesses teóricos que trataremos adiante.

O Gráfico 4 apresenta a quantidade de publicações por área de investigação.

Gráfico 4: Quantidade de Publicações por Área



Fonte: Elaborado pelos autores.

O gráfico 4 mostra que a área de administração pública é a que mais investiga a temática, representando 41,03% (quarenta e um vírgula três por cento) dos artigos publicado, demonstrando como o foco da avaliação de políticas públicas ainda se encontra vinculado aos programas e projetos desenvolvidos pela administração pública. A área de ciências sociais interdisciplinares vem em segundo lugar, com 22,26% (vinte e dois vírgula vinte e seis por cento) dos artigos publicados. Em terceiro lugar está a área de ciências políticas, com 20,61% (vinte vírgula sessenta e um por cento) da produção.

As três áreas, quando somadas, abarcam quase 84% (oitenta e quatro por cento) de toda a produção acadêmica sobre avaliação de políticas públicas entre os artigos pesquisados, relevando o interesse pelo campo.

O presente estudo também revela o *ranking* dos artigos mais citados. Foram identificadas 6.875 (seis mil oitocentos e setenta e cinco) citações sobre a temática no período analisado. Os dados dos artigos mais citados são apresentados na tabela 2.

Tabela 2 – Quantidades de citações dos Artigos

Ord.	Título	Autores	Ano	Citação
01	<i>Three conditions under which experiments and observational studies produce comparable causal estimates: New findings from within-study comparisons</i>	Cook, Shadish and Wong	2008	317
02	<i>Stakeholder partnerships as collaborative policymaking: Evaluation criteria applied to watershed management in California and Washington</i>	Leach, Pelkey and Sabatier	2002	279
03	<i>Values, conflict, and trust in participatory environmental planning</i>	Beirle and Konisky	2000	226

04	<i>Heterogeneity of firm capabilities and cooperative research and development: An empirical examination of motives</i>	Sakakibara	1997	191
05	<i>The concept of hope and its relevance to product evaluation and choice</i>	Macinnis	2005	155
06	<i>Policy transfer in critical perspective</i>	Evans	2009	153
07	<i>An effectiveness-based evaluation of five state pre-kindergarten programs</i>	Wong, Cook, Barnett and Jung	2008	148
08	<i>Measuring Subjective Wellbeing: Recommendations on Measures for use by National Governments</i>	Dolan and Metcalfe	2012	140
09	<i>Muppets and gazelles: political and methodological biases in entrepreneurship research</i>	Nightingale and Coad	2014	124
10	<i>Understanding participant perspectives: Q-methodology in National Forest Management</i>	Steelman and Maguire	1999	124

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 2 mostra que o artigo mais citado é de Cook, Shadish e Wong (2008), que retrata três condições sob as quais experimentos e estudos observacionais produzem estimativas causais comparáveis, encontrando novos achados de métodos de comparação a respeito de avaliações de políticas públicas. O estudo analisa 12 (doze) comparações recentes, contrastando as estimativas causais de um experimento randomizado com as de um estudo observacional que compartilha o mesmo grupo de tratamento e o seu objetivo é testar se diferentes estimativas causais resultam quando um grupo é formado, com ou sem atribuição aleatória, e quando ajustes estatísticos para seleção são feitos no grupo do qual a atribuição aleatória está ausente.

Leach, Pelkey e Sabatier (2002) – segundo no *ranking* – discute as parcerias de partes interessadas na formulação de políticas colaborativas e os critérios de avaliação aplicados à gestão de bacias hidrográficas na Califórnia e em Washington, ressaltando que a formulação e implementação de políticas públicas nos Estados Unidos são cada vez mais realizadas por meio de parcerias locais de busca de consenso envolvendo a maioria das partes interessadas afetadas. Em razão disso, os autores formalizam o conceito de parceria com as partes interessadas e propõe técnicas metodológicas mais participativas como entrevistas, além de questionários e documentos para medir os critérios de avaliação da política pública da sua proposta.

O terceiro é o Beirle and Konisky (2000), que reflete critérios de avaliação a respeito de políticas públicas voltadas ao planejamento ambiental entre os Estados Unidos e Canadá. O artigo apresenta uma avaliação da participação pública em vários casos de planejamento ambiental na região dos Grandes Lagos (localizada a nordeste dos Estados Unidos e sudeste do Canadá), enfocando a eficácia com que esses esforços introduziram valores públicos na tomada de decisões do governo e resolveram conflitos entre as partes interessadas, criando confiança nas agências ambientais.

Sakakibara (1997), quarto no *ranking*, investiga a heterogeneidade da capacidade dos participantes de consórcios no Japão de realizar políticas públicas e analisa 398 (trezentos e

noventa e oito) participantes de Consórcios patrocinados pelo Governo Japonês, implicando em modelo de avaliação pautado em critérios de políticas públicas cooperadas entre diversos segmentos.

Evans (2009) propõe a partir de uma perspectiva crítica a transferência de políticas públicas à iniciativa privada avaliar as implicações dessas mudanças e desafios para o estudo e a prática da transferência de políticas, fornecendo uma compreensão da relação entre as forças globalizantes sistêmicas e o crescente escopo e intensidade da atividade de transferência de políticas. O artigo argumenta que os limites da análise de transferência de política partem de uma teoria descritiva, explicativa e prescritiva de mudança de política, que podem ser abordados por meio do desenvolvimento de uma abordagem "baseada na ação" em vários níveis para o estudo da transferência de política.

O sexto de Wong, Cook, Barnett and Jung (2008) realizam uma avaliação da eficácia de cinco programas estaduais de pré-jardim de infância no âmbito dos Estados Unidos na construção do vocabulário receptivo das crianças, da matemática e de habilidades de impressão. Segundo os autores, desde 1980, o número de programas estaduais de pré-jardim de infância (pré-K) mais do que dobrou nos Estados Unidos, com 38 estados matriculando mais de um milhão de crianças somente em 2006.

O oitavo artigo é o de Dolan and Metcalfe (2012), que propõe medir o bem-estar subjetivo e traz recomendações sobre medidas para uso pelos governos nacionais. O nono artigo, cujos autores são Nightingale and Coad (2014), fornece vieses políticos e metodológicos na pesquisa sobre avaliações em empreendedorismo.

O último artigo é de autoria de Steelman and Maguire (1999). Os autores investigam técnicas metodológicas de avaliação na perspectiva de participantes no manejo florestal nacional. O artigo demonstra como a metodologia Q, uma técnica para revelar sistematicamente perspectivas subjetivas, pode contribuir para uma melhor identificação e definição de problemas, estimativa e especificação da opção de política e seleção, implementação e avaliação de políticas.

Em síntese, percebe-se no cenário internacional, que os pesquisadores citam pesquisas de avaliação de políticas públicas de direção *bottom-up*, ou seja, privilegiam o fluxo de informação ascendente partindo dos usuários/beneficiários, ou seja, daqueles que solicitaram a avaliação ou são beneficiados pela política pública. Esse resultado fortalece o pensamento de marca reativista (FARIA, 2005), ou reativo (GUBA; LINCONL, 1989) e as análises de Boullosa e Araújo (2009).

O número de artigos publicados em cada periódico e o número de citações que cada um deles possui descrevem o impacto dos periódicos mais produtivos sobre avaliação de políticas públicas. Dos 485 (quatrocentos e oitenta e cinco) artigos publicados entre 1997 a 2021 foram

identificados um total 259 (duzentos e cinquenta e nove) periódicos, dos quais os mais influentes estão indexados na Tabela 3.

Tabela 3 – Quantidade de publicações nos Periódicos do Portal

Ord.	Título da fonte	Total de publicações	Citação
01	<i>American Journal Of Evaluation</i>	68	8
02	<i>Australian Journal Of Public Administration</i>	11	5
03	<i>Evaluation</i>	91	11
04	<i>Evaluation And Program Planning</i>	44	9
05	<i>Gestion Y Politica Publica</i>	9	8
06	<i>International Journal Of Public Administration</i>	13	6
07	<i>Journal Of Policy Analysis And Management</i>	169	30
08	<i>Journal Of Public Policy & Marketing</i>	5	9
09	<i>Policy And Politics</i>	85	7
10	<i>Policy Sciences</i>	27	5
11	<i>Policy Studies Journal</i>	93	12
12	<i>Public Administration</i>	65	6
13	<i>Revista Del Clad Reforma Y Democracia</i>	5	7
14	<i>Social Indicators Research</i>	82	10
15	<i>Social Policy & Administration</i>	54	5
16	technological forecasting and social change	69	9
17	<i>Transylvanian Review Of Administrative Sciences</i>	3	6

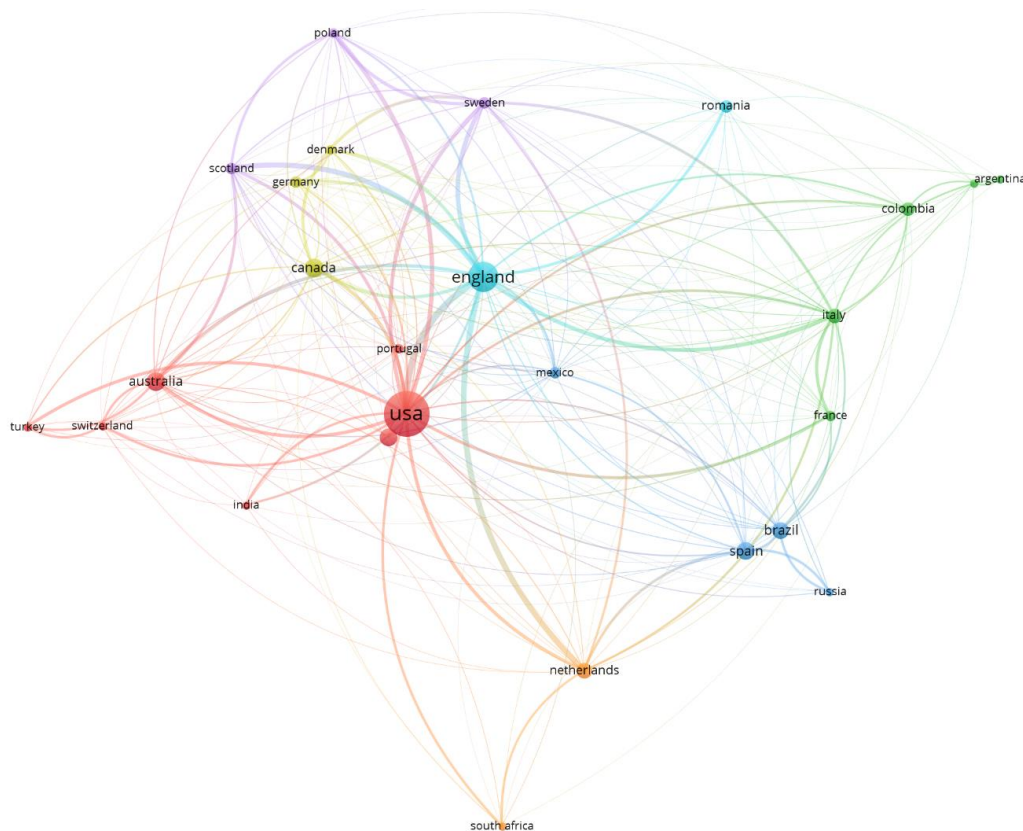
Fonte: Elaborada pelos autores.

A Tabela 3 mostra que o periódico que mais publica sobre o tema avaliação de políticas públicas é o *Journal of Policy Analysis and Management* (169), seguidos pelos *Policy Studies* (93) e o periódico *Evaluation* (91). A identificação dos periódicos mais influentes corrobora os dados das áreas que mais investigam a temática.

A quantidade de publicações por país descreve o impacto daqueles mais produtivos na área de avaliação de políticas públicas. O estudo compreendeu 25 países. Os Estados Unidos é o país mais influente, com 32,37% do total de publicações. A Inglaterra é o segundo mais influente com 13,19% da amostra estudada, e a Austrália e Canadá aparecem em terceiro, com 5,36% dos artigos cada um deles. Percebe-se que esses três países juntos publicaram 56,28% dos artigos relacionados a temática, conforme o gráfico 5. Este resultado mostra a pouca representatividade da participação brasileira nas produções internacionais, o centro de publicação ainda se encontra nos países nórdicos, onde existe maior investimento em pesquisa.

O Gráfico 6 apresenta a cooperação entre os países nas publicações.

Gráfico 5 – Redes de relacionamento entre os países



Fonte: Elaborado pelos autores a partir do *software* VOSviewer.

O Gráfico 5 mostra a rede de cooperação dos países na publicação a partir dos autores. No centro, os Estados Unidos e Inglaterra que mais colaboram na produção acadêmica. Em comparação, o Brasil mostra uma cooperação relativamente periférica comparada aos outros países em todo o mundo.

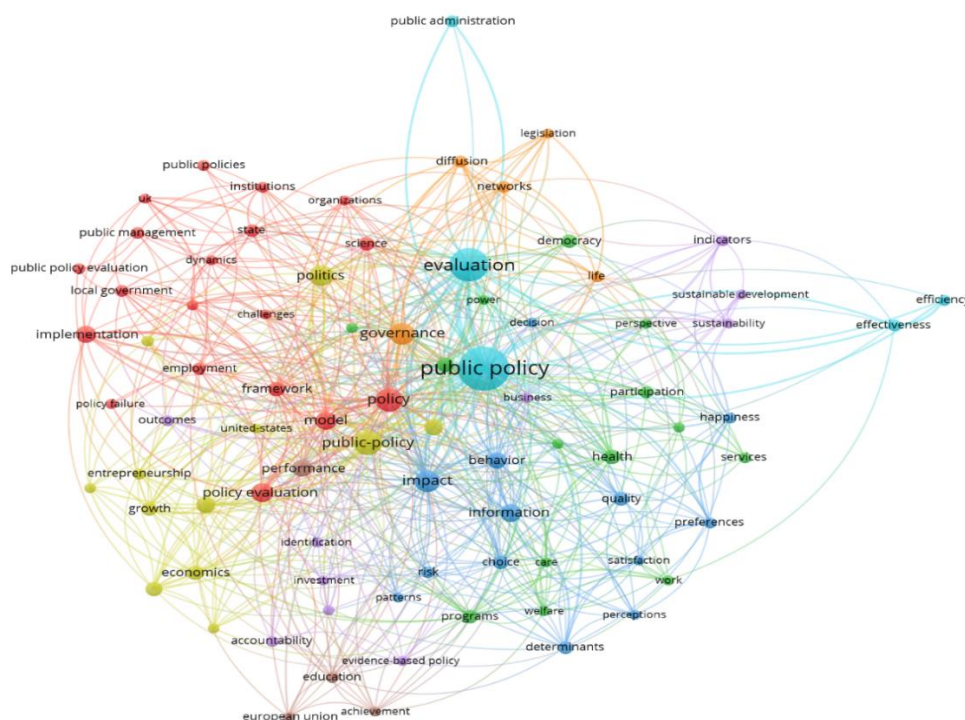
3.2. ***SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DE PALAVRA-CHAVE***

O resultado da análise também possibilitou criar um mapa de temas, através da identificação de termos de palavras-chave, relacionado à publicação no campo de avaliação de políticas públicas. O *software* VOSviewer gerou um gráfico com as palavras-chave baseado nos termos atribuídos à literatura registrada na base de dados que possibilitou o seu cotejamento. Segundo experiência de Macário e Teodósio (2020), as palavras-chave de todos os artigos coletados são extraídas para conduzir a análise da coincidência de palavras-chave tanto em perspectivas gerais quanto longitudinais.

O mapeamento de palavras-chave e termos mais utilizados auxiliam pesquisadores na definição de descritores de pesquisas em suas buscas e estudos. Nesse ponto, O *software* VOSviewer oferece uma série de gráficos baseados na co-ocorrência dos itens analisados. O

Ao coletar palavras-chave dos 485 (quatrocentos e oitenta e cinco) artigos no conjunto de dados, os tópicos que recebem a maior parte da atenção e interesse de pesquisadores na área de pesquisa foram identificados no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Mapa de relação entre palavras-chaves



Fonte: Elaborado pelos autores.

O Gráfico 6 constatou duas palavras centrais políticas públicas (*public policy*) e avaliação (*evaluation*), que seriam evidentes (146 e 119 registros, respectivamente), que se relacionam com as palavras governança (*governance*) e impacto (*impact*) (64 e 10 registros, respectivamente). As palavras mostram o interesse dos pesquisadores por subtemas relacionados a questão de modelos de avaliação de políticas públicas, governança e impacto.

A partir deste resultado, a análise considerou os termos que foram apresentados por mais de 10 (dez) vezes no título ou no resumo, bem como nas palavras-chaves dos artigos selecionados no estudo para construir clusters de interesse.

Em relação a palavra-chave que possui mais co-ocorrência (política pública), a sua clusterização aponta a identificação das temáticas mais importantes, que é sobre implementação

e avaliação, que naturalmente são fases da realização de uma política pública, conforme se pode ver no gráfico 7.

Gráfico 7 – Cluster da palavra-chave Política Pública



Fonte: Elaborado pelos autores a partir do *software* VOSviewer.

A segunda palavra-chave de maior destaque, no caso, avaliação, apresenta o seu agrupamento de concorrência de palavras-chaves com as teorias relacionadas a efetividade e eficiência, conforme se vislumbra no próximo cluster elencado no gráfico 8.

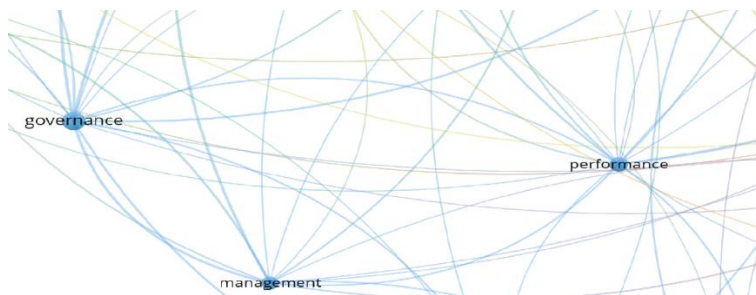
Gráfico 8 – Cluster da palavra-chave Avaliação



Fonte: Elaborado pelos autores a partir do *software* VOSviewer.

A palavra-chave governança, que também aparece em destaque entre os artigos pesquisados, aparece correlacionada com performance e gestão, conforme se vê no Gráfico 9.

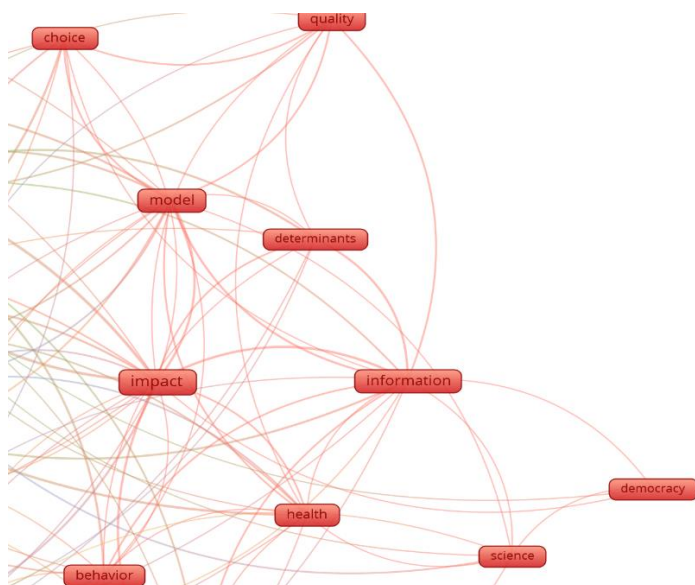
Gráfico 9 – Cluster da palavra-chave Governança



Fonte: Elaborado pelos autores a partir do *software* VOSviewer.

A última palavra em destaque entre os artigos pesquisados, impacto, quando analisada e correlacionada com outras palavras-chaves que com ela tiveram a maior relação, aparecem agrupadas no modelo preconizado pelo cluster do Gráfico 10, indicando uma maior proximidade com as temáticas relativas a modelos, escolhas, qualidades, determinantes, informação, saúde, ciência, democracia e comportamento.

Gráfico 10 – Cluster da palavra-chave impacto



Fonte: Elaborado pelos autores a partir do *software* VOSviewer.

Os mapas de *clusters* demonstram a estrutura do campo científico, mostrando a relação entre importantes termos que se correlacionam com avaliação de políticas públicas. Analisando os cluster, observa-se que o primeiro deles é formado por palavras-chaves nitidamente relacionadas com as fases da política pública, destacando-se, dentre elas, a da implementação e da avaliação. No segundo agrupamento verifica-se aspectos relacionados a eficiência e efetividade, que se correlacionam diretamente ao terceiro cluster, que consiste em aspectos relacionados ao campo da gestão, auxiliando a tomada de decisões (performance). O último deles, mais genérico, se aproxima de várias outras áreas relacionadas à logística, destacando-se aspectos relativos à informação modelos e escolhas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo tem por objetivo realizar uma análise bibliométrica da literatura internacional sobre avaliação de políticas públicas nos últimos 25 (vinte e cinco) anos, com o propósito de mapear o campo científico da produção internacional no período. A escolha do tema

justificou-se em razão da necessidade de entender o estado da arte sobre o tema, visando construir informações para auxiliar em pesquisas futuras.

Os resultados demonstram que o tema está em evidente crescimento de interesse. No período retromencionado foram encontrados 485 (quatrocentos e oitenta e cinco) artigos publicados na base pesquisada. Observou-se que a maior produção acadêmica se encontra nos Estados Unidos, seguido da Inglaterra, Austrália e Canadá. Em relação as palavras-chave, constatou-se uma superioridade e evidência das teorias sobre políticas públicas, avaliação, governança e impacto. A identificação dos periódicos mais influentes corrobora os dados das áreas que mais investigam a temática, a saber: administração pública, representando 41,03% dos artigos publicados; ciências sociais interdisciplinares, com 22,26% dos artigos publicados e ciência política, com 20,61% da produção. Além disso, curiosamente, apenas um autor que está listado entre os que mais produzem sobre a temática surge entre os mais citados.

O artigo propôs um estudo bibliométrico sobre um tema que envolve questões complexas, necessitando de um maior aprofundamento e debate, que será realizado em novos esforços de pesquisas.

O próprio conceito de avaliação não possui uma uniformidade. No decorrer do texto foi realizada uma breve revisão da evolução da avaliação da política pública na literatura inicial como um campo de conhecimento que abre margens a diferentes definições a respeito do seu conceito. Propôs, ainda apontar breves diferenças entre avaliação e análise de políticas públicas e, ainda, de avaliação para monitoramento.

A realização deste estudo contribuiu para a identificação de algumas questões-chaves que ainda permanecem sem respostas, cujo espaço de reflexão servirá para novas pesquisas: quais são os subtemas pesquisados no campo de avaliação de políticas públicas? existe um modelo ideal para avaliar programas sociais? Os modelos de avaliação de política pública usados no Brasil coincidem com aqueles existem na literatura internacional? Os chamados indicadores de programas sociais usados no âmbito dos órgãos de controle externo podem ser denominados de avaliação de política pública? Em especial tais perguntas sugerem novas agendas de pesquisa, que busquem respostas para tais questionamentos.

O que é certo é que realizar a revisão das metodologias empregadas para mapear o campo científico da avaliação das políticas públicas no campo internacional foi de suma importância, permitindo sua sistematização e análise do estado da arte fora do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALBAEK, E. Knowledge, interests and the many meanings of evaluation: a developmental perspective. **Scandinavian Journal of Social Welfare**, v. 7, p. 94-98, 1998.

- BEIERLE, T.C.; KONISKY, D. M. Values, conflict, and trust in participatory environmental planning. **J. Pol. Anal. Manage**, v. 19, p. 587-602, 2000.
- BEZZI, C. Il. **Disegno Della Ricerca Valutativa**. Milão: Franco Angeli, 2007.
- BOULLOSA, R.; ARAÚJO, E. T. **Avaliação e monitoramento de projetos sociais**. Curitiba: IESDE, 2009.
- CALLON, M.; COURTIAL, J.-P.; PENAN, H. **Cienciometría: la medición de la actividad científica**: de la bibliometría a la vigilancia tecnológica. [s.l.] Trea, 1995.
- COOK, T. D., SHADISH, W. R.; WONG, V.C. Three conditions under which experiments and observational studies produce comparable causal estimates: New findings from within-study comparisons. **J. Pol. Anal. Manage**, v. 27, p. 724-750, 2008.
- DERLIEN, H.U. Uma comparacion internacional en la evaluation de las políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 105-122, 2001.
- DOLAN, P.; METCALFE, R. Measuring Subjective Wellbeing: Recommendations on Measures for use by National Governments. **Journal of Social Policy**, v. 41, n. 2, p. 409-427, 2012.
- EVANS, M. Policy transfer in critical perspective. **Policy Studies**, v. 41, n. 6, p. 243-268, 2008.
- FALAGAS, M. E. et al. Comparison of PubMed, Scopus, web of science, and Google scholar: strengths and weaknesses. **The FASEB journal**, v. 22, n. 2, p. 338-342, 2008.
- FARIA, C. A. P. A política de avaliação das políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p. 97-169, 2005.
- GUBA, E.; LINCOLN, Y. **Fourth Generation Evaluatlons**. New York: Sage Publications, 1989.
- JANNUZZI, P. de M. Avaliação de Programas Sociais no Brasil: Repensando Práticas e Metodologias das Pesquisas Avaliativas. **Planejamento e Políticas Públicas – PPP**, IPEA, v. 36, p. 251-275, jun./jul. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/228>. Acesso em: 30 jul. 2021.
- LABRA, M. E. Modos de formulación de políticas e intermediación de intereses en el sector salud chileno. **Revista de Administración Pública**, Santiago, v. 2, n. 7, p. 32-53, 1995.
- LEACH, W. D., PELKEY, N. W.; SABATIER, P. A. Stakeholder partnerships as collaborative policymaking: Evaluation criteria applied to watershed management in California and Washington. **J. Pol. Anal. Manage**, v. 21, p. 645-670, 2002.
- MACINNIS DJ, de Mello GE. The Concept of Hope and its Relevance to Product Evaluation and Choice. **Journal of Marketing**, v. 69, n. 1, p. 1-14, 2005.
- MEANS COLLECTION. **Evaluating Socio-Economic Programmes**. Luxemburgo: CEE, 1999.
- NIGHTINGALE, P.; COAD, A. Muppets and gazelles: political and methodological biases in entrepreneurship research, **Industrial and Corporate Change**, v. 23, n. 1, fev. p. 113-143, 2014.

OAKLEY, A. Public policy experimentation: lessons from America. **Policy Studies**, v. 19, n. 2, p. 93-114, 1998.

OLIVEIRA, V. M.; TEODOSIO, A. S. S. Consumo colaborativo: um estudo bibliométrico entre 2010 e 2019. **Rev. eletrôn. adm.**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 300-329, 2020.

PATTON, M. Q. Politics and Evaluation. **Evaluation Practice**, v. 15, p. 311-320, 1998.

ROSSI, P. H.; FREEMAN, H. E. **Evaluation: A systematic approach**. 5 ed. Sage Publications, 1993.

ROSSI, P. H.; WRIGHT, J. D. Evaluation research: an assessment. **Annual Review of Sociology**, v. 10, p. 331-352, 1984.

SAKAKIBARA, M. Heterogeneity Of Firm Capabilities And Cooperative Research And Development: An Empirical Examination Of Motives. **Strategic Management Journal**, v. 18, Edição especial do verão de 1997, p. 143-164, jul. 1997. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/3088214>> Acesso em: 30 jul. 2021.

SCRIVEN, M. The methodology of evaluation. In R.E. Stake (Ed.) Curriculum Evaluation. AERA. Monograph Series on Curriculum Evaluation. v. 1. Chicago: Rand McNally, 1967.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, M.; SILVA, R.; SILVA, J. Análise e avaliação de políticas públicas: aspectos conceituais. **Boletim Governet de Administração Pública e Gestão Municipal**, v. 61, p. 1434-1444, 2016.

STEELMAN, T. A.; MAGUIRE, L. A. Understanding participant perspectives: Q-methodology in national forest management. **J. Pol. Anal. Management**, v. 18, n. 3, p. 361-388, Summer 1999.

TINÔCO, D. S.; SOUZA, L. M.; OLIVEIRA, A. B. Avaliação de políticas públicas: modelo tradicional e pluralista. **Revista Política Pública**, São Luís, v. 15, n. 2, p. 305-313, jul./dez. 2011.

WEISS, C. H. Have we learned anything new about the use of evaluation? **American Journal of Evaluation**, v. 19, n. 1, p. 21-34, 1998.

WONG, V. C. et al. An effectiveness-based evaluation of five state pre-kindergarten programs. **Journal of Policy Analysis and Management**, v. 27, n. 1, p. 122-154, 2008.

WORTHEN, B. R.; SANDERS, J. R.; FITZPATRICK, J. L. **Avaliação de Programas: concepções e práticas**. São Paulo: Ed. Gente/EDUSP/Instituto Fonte/Instituto Ayrton Senna, 2004.